

## **SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA: NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA**

Maurício Feitosa dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao tempo em que a cidade de Teresina (capital do Piauí) comemorava seu centenário, no início dos anos 1950, a seca e a movimentação dos flagelados tornavam-se tão presentes na cidade quanto suas misérias urbanas. A imprensa da época ressaltava cada vez mais o agravamento da pobreza ao anunciar em cores vivas o acirramento dos problemas cotidianos. Ao problematizar esse momento dito por muitos intelectuais e políticos como sem precedentes, este texto pretende analisar os discursos sobre os pobres na imprensa, considerando como pressuposto a ideia de que o conjunto de reflexões na imprensa fala do incômodo suscitado pelas migrações impulsionadas pela seca e pela presença ostensiva de flagelados no espaço urbano, além de prescrever os comportamentos que a sociedade teresinense deveria ter diante dos flagelados, ainda que tais prescrições não se materializassem em ações efetivas.

**Palavras-chave:** Seca; migrações; pobreza; imprensa; crítica social.

### **DROUGHT, MIGRATIONS AND POVERTY IN THE CENTENARY OF TERESINA: NARRATIVES AND SOCIAL CRITICISM ACCORDING TO THE PRESS**

**Abstract:** At the time the city of Teresina (capital of the state of Piauí) celebrated its centenary in the early 1950's, the drought and the movement of the flagellates became as present in the city as its urban miseries. The press of the time emphasized more and more the aggravation of poverty by announcing in vivid colors the intensification of daily problems. In problematizing this moment, which is said by many intellectuals and politicians as unprecedented, this paper tries to analyze the discourses on the poor as seen in the press, considering that they dealt with the annoyance caused by migrations related to the drought and the ostensive presence of flagellates in the urban space. Besides, those discourses prescribed the behavior that all should have before the flagellates, although such prescriptions did not materialize in effective actions.

**Keywords:** Drought; migrations; poverty; press; social criticism.

---

\* O artigo é fruto da pesquisa desenvolvida por conta da dissertação de mestrado defendida pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Para tanto, ver Santos (2014).

<sup>1</sup> Mestre em História Social (UFC). E-mail: mauricio.feitosa@hotmail.com

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

É comum ouvir as pessoas se referirem aos anos 50 do século XX como um tempo particular na história nacional, *os Anos Dourados*. Em grande medida, menos uma expressão que pretende significar um tempo de felicidade nacional plena, historicamente pode ser entendido de modo mais adequado como um momento no qual parte da elite brasileira compreendeu que vivia um tempo favorável a transformação da nação (GOMES, 2013: 41). Movidos pelos ventos democráticos em um período entre duas ditaduras, os assim ditos *Anos Dourados* nasceram como expressão do nacional-desenvolvimentismo que transcendia as fronteiras do político e econômico, contagiando o cotidiano nos grandes centros brasileiros, notadamente capitais como Rio de Janeiro, São Paulo e outras metrópoles.

As transformações que ocorreram no país entre os anos 1930 e 1960 foram percebidas em Teresina, capital do Piauí (Estado situado numa região conhecida como o Meio-Norte de país), embora em sentido restrito e não no mesmo ritmo que tomou em grandes capitais e regiões metropolitanas. Aliás, marca do período, o sentido de transformar em realidade os sonhos da modernidade, demanda constante de intelectuais e políticos que criticavam a letargia de seu processo de modernização, sobretudo no que concerne à paisagem urbana e econômica, contrasta com as denúncias dos laços de provincianismo e atraso que permaneciam ao longo de sua história. Por certo, os *Anos Dourados* não foram sentidos igualmente em todo território de um país de grandes dimensões que caminhava, e ainda caminha, em direção a sua constituição como nação, processo este permanente e inconcluso, como nos lembra Ângela de Castro Gomes.

Entre os signos do atraso de Teresina, estavam a pobreza urbana e a seca que, empurrando os trabalhadores rurais em migrações rumo aos centros de poder governamental em busca dos socorros públicos, agravava os problemas da cidade e, por sua vez, adiava a concretização do desenvolvimento pretendido. As *misérias sociais de Teresina*, como chamavam muitos de seus cronistas, compreendiam um conjunto variado de elementos que imprimiam no cotidiano da cidade aspectos considerados indesejados de pobreza, como a precariedade dos serviços públicos de distribuição de água e energia elétrica, coleta de esgoto sanitário, de conservação e limpeza dos espaços comuns.

Além disso, devido à característica econômica da cidade, muito dependente da máquina estatal para movimentação financeira de setores como o comércio e serviços,

tintas mais fortes eram empregadas quando se tratava de escrutinar a existência, nos arredores do centro da cidade, de centenas de casebres habitados por toda sorte de gente que diariamente buscava sua sobrevivência, vivendo com muito pouco que auferiam em atividades variadas (trabalho assalariado, autônomo, ambulante, ou mesmo atividades delituosas e mal vistas, como a prostituição). Tal conjunto compunha a paisagem que intelectuais consideravam como a pobreza da capital.

A seca, recorrente na história da região, constituía-se de tempos em tempos como agravante das condições sociais da região Nordeste. Para além de fenômeno natural onde a escassez de chuvas produz grande impacto no modo de vida camponês dos sertanejos, ligados à terra e às atividades agrícolas e pastoris de subsistência, em geral vinculados por laços de dependência a um grande proprietário rural; também é um fenômeno histórico. A partir da “grande seca” de 1877, quando os sertanejos iniciaram o aprendizado, no seu transcurso, de busca por auxílio do Poder Público nas cidades (centros de poder e decisões administrativas) – ao invés de apoiar-se nas relações entre moradores/parceiros e proprietários de terras, ou seja, transportando para a cena cidadina e pública um problema outrora resolvido no âmbito de relações privadas –, a seca ganha proporções cada vez mais amplas na história do Nordeste, sobretudo no século XX (NEVES, 2000: 53).

É possível compreender, como analisa o historiador Frederico de Castro Neves (NEVES, 2000), que a movimentação dos sertanejos no vizinho Estado do Ceará, rumo aos auxílios público, possibilitou a existência de um *sujeito político coletivo*, a multidão de retirantes que, seca após seca, movimentavam-se entre as cidades do interior em direção ao centro político-administrativo (no caso, a capital Fortaleza), produzindo tensões pela aglomeração, pelo medo da revolta que produziam nos governantes e na população, concretizado pelos saques a armazéns públicos e comércios nas cidades pelas quais passavam. Ainda segundo Frederico de Castro Neves, os sertanejos, pela experiência social produzida ao longo de várias secas a partir de 1877, experimentaram historicamente um difícil processo de aprendizagem no qual constituíram um arsenal de comportamentos acionados nos momentos de necessidade em busca de sua sobrevivência (NEVES, 2000: 47-56). A seca, pela escassez que barrava as condições de produção de existência da ordem na qual o sertanejo estava inserido configurava-se, assim, como o seu *flagelo*, tornando-o, *flagelado*, termo que remete ao sofrimento e à pobreza cujo significado estava atrelado a

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

alguém que perdeu tudo que tinha e necessitava de ajuda, de socorro. As migrações, por sua vez, constituíam-se como um importante elemento na transformação do sertanejo, agora flagelado, pois marcava a *retirada* de seu modo de vida e de sua terra que o transformava também em *retirante* em jornada.

O início dos anos 1950, mais precisamente entre 1951-53, foi um tempo marcado por mais uma grande seca no Nordeste. Poderia ser apenas mais uma seca a reprisar cena vistas década após década. Entretanto, especificamente em Teresina ela tomou contornos diferenciados, pois não se tratava apenas da quebra de uma normalidade social vivida em tempos de bons invernos. Naquele momento, as elites locais estavam mobilizadas em torno da efeméride do Centenário da cidade, comemorado em 1952, no qual uma constelação de expectativas informava a produção de uma grande festa, pertinente a uma cidade com *status* de capital, assim como os anseios de acelerar as transformações e pôr enfim Teresina rumo ao progresso e à modernidade se tornavam muito presentes no discurso público, marcando a expectativa de uma pretensa e desejada ruptura entre um passado provinciano e pobre, como citamos acima, e o fomento, naquele presente específico, de ações que visavam concretizar a superação do atraso e o progresso da cidade, mais alinhado ao desenvolvimento que, de Teresina, observava-se nas grandes metrópoles brasileiras (SANTOS, 2014: 56-71).

Nesse estudo, concentrar-nos-emos no discurso disponível na imprensa sobre a seca no Estado do Piauí e, em particular, em Teresina, buscando compreender as narrativas produzidas e disponibilizadas aos seus leitores, compostas principalmente por rumores e notícias sobre a seca, as migrações e a presença dos flagelados em Teresina, que suscitavam, seja pelo medo provocado ou pela piedade acendida, incômodo e a constatação do atraso que tencionavam a ideia de progresso própria dos *Anos Dourados* e de ruína da sociedade, no contexto do Centenário da cidade, o que instabilizava a própria construção e propósito da efeméride.

É preciso, aqui, tecer algumas considerações acerca da imprensa. A historiadora Tania Regina de Luca destaca a crescente utilização dos periódicos para a construção do conhecimento histórico. Se nos anos 1970 não havia dúvidas quanto a sua importância para a escrita da História da Imprensa e, contudo, uma desconfiança sobre a sua utilização para abordar outros aspectos da história, até os anos 1990 essa concepção sofreu um

deslocamento fundamental de modo que foi possível pensar em uma história por meio da imprensa (LUCA, 2010: 113-118). A partir desse deslocamento, o estudo da história urbana, por exemplo, fez da imprensa uma fonte privilegiada e os diversos temas discutidos nos periódicos permitiram analisar o modo como os seus produtores percebiam a realidade e as tensões sobre as quais estavam inscritos, pois “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2010: 139). Nesse sentido, é importante entender brevemente como se configurava a imprensa nos 1950, instrumento a partir do qual a cultura letrada produziu e reproduziu discursos sobre a cidade, seu cotidiano e sua pobreza.

A historiadora Marly Rodrigues (1994: 35-36) afirma que nos anos 1950 a imprensa do país completou as transformações que estavam em processo desde a década anterior. As modificações e adaptações pelas quais passaram os veículos de imprensa nesse período tinham como finalidade alinhar os periódicos ao ritmo da vida moderna, cada vez mais acelerado. Nesse sentido, as publicações passam a ser orientadas pela necessidade de acompanhar o ritmo social, devendo ser um veículo dinâmico para a notícia e para a propaganda, razão pela qual foi imperiosa a modernização da impressão, do aspecto gráfico e das técnicas de redação. A maneira pela qual o jornal era escrito sofria modificações, em razão do necessário distanciamento que se pretendia instaurar entre a escrita jornalística e a literária.

Na imprensa teresinense dos anos 1950, entretanto, predominavam os textos de conteúdo polêmico, denunciativos e instigadores de querelas, crônicas em sua maioria carregadas de adjetivos e textos de opinião que se sobressaíam quando comparados com as notícias objetivas e informativas, muito raras. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que a cultura letrada produtora dos jornais caracterizava-se pela atuação de bacharéis em Direito, professores, acadêmicos da Faculdade de Direito e Filosofia, comerciantes e políticos. Portanto, suas opiniões estavam inscritas em um lugar social, político, econômico e cultural, marcado por simpatias partidárias e por uma profissionalização dos periódicos ainda não alinhada à modernização que se pretendia seguir em relação aos parâmetros jornalísticos de grandes centros (SANTOS, 2014: 71-81). Percebe-se, portanto, o que destaca Robert Darnton (2010: 103-109), quando ressalta que o fazer jornalístico é

influenciado por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser a matéria e os estilos de reportagem são próprios de um tempo, lugar e caráter de cada jornal.

### **Notícias e rumores sobre a seca**

Ver os pobres em sua errância pela cidade provocava incômodo entre os letrados. A pobreza material e moral, na leitura feita pela cultura letrada, eram evidências de uma crise que consideravam sem precedentes. Com a ocorrência de mais uma estiagem no Nordeste, entre os anos de 1951 e 53, a imprensa teve outro objeto empírico para exercitar a observação e a interpretação acerca da pobreza em Teresina, além dos já conhecidos clamores e denúncias em relação à precariedade da vida na capital com uma economia frágil, dependente da estrutura estatal.

Sobre os sertanejos que ocupavam as ruas de Teresina em busca de auxílios em decorrência da calamidade desencadeada pela ausência de chuvas, produziam leituras em relação a sua movimentação, aglomeração e demais estigmas que caracterizavam a miséria da qual eram vítimas. Este era um aspecto da leitura feita pela imprensa: a princípio, todos os retirantes eram vítimas da ingerência do Estado que não atendia as necessidades dos frágeis trabalhadores rurais que tudo perderam com o implacável desprezo dos céus, de onde não caía sequer uma gota d'água, mesmo com a repetição de tal situação no transcurso de décadas. Pressuposto este que informava a produção de leituras sobre a pobreza oriunda da seca, nas quais os intelectuais levavam em consideração o que viam com os próprios olhos na cidade e aquilo que imaginavam a partir de notícias que vinham de fora dos domínios de Teresina.

Vários eram os relatos veiculados nos periódicos. Em janeiro de 1952, Solon Lustosa, prefeito da cidade de Parnaguá, no sul do Estado, escreveu aos jornais de Teresina para descrever a situação calamitosa do seu município. Ao apresentar como extraordinário o “pânico causado aos habitantes das regiões assoladas” após meses à espera das chuvas, constatava que um “vento bate impetuosamente parecendo querer arrastar os últimos fragmentos de fé que nos restam” (LUSTOSA, 1952). Na capital Teresina, a todo o momento chegavam notícias de fome e misérias decorrentes da forte estiagem em diversas cidades e povoados do interior do Estado.

Segundo a matéria publicada, a fome, traço fundamental da pobreza que se pretendia destacar, tomava proporções crescentes e dava partida à movimentação dos sertanejos, uma vez que “o povo em geral se agita, perde a esperança de bom tempo, propala o terror, começa a emigração; famílias já começam [a] abandonar seus lares” (LUSTOSA, 1952). Entretanto, os que não tinham forças para sair de suas terras em busca de vida nova noutras cidades, esperavam pelo fim que se desenhava, ou seja, a morte ou, por obra de um esperado milagre, a ocorrência de chuvas que tivesse a capacidade de esverdear os campos na medida exata para a manutenção de sua sobrevivência. Como afirmava o prefeito Solon Lustosa, “fazem-se de encorajados e tímidos esperam pela misericórdia divina, monologando sobre o desfecho fatal depois de despojados pela seca, os seus bens labregos, criação e etc...” (LUSTOSA, 1952).

Através da imprensa, Solon Lustosa falava da urgência que a situação pedia e questionava sobre por que os representantes do Estado no Distrito Federal não remediavam os problemas do seu município, ignorando a calamidade. Ao salientar isso, reiterava a estratégia na qual se evidencia o papel que a imprensa assumiu ao longo dos anos na região, seca após seca: um dispositivo de pressão utilizado por intelectuais e por autoridades com menor envergadura de ação, no sentido de garantir providências para o enfrentamento das estiagens, na medida em que dava publicidade aos argumentos que insinuavam a tragédia. Como denunciava Solon Lustosa:

Basta de configurações, não há palavras que possam sintetizá-las. O povo sofre terrivelmente e o mau tempo o ameaça com um futuro ainda mais periclitante. Precisamos remedia-lo [...]. No meu município, os nossos representantes parecem conformados. Será que não veem o sofrimento do povo? Será que não se julgam responsáveis em parte, pelo sofrimento e pelo despovoamento da terra? Ou já lhes faltam as forças do apanágio exclusivo do ser humano? “A palavra”. Ou já não lhes incomoda o sofrimento e o *consumatum est*? Ou é falta de desprendimento aos interesses da comuna e morbidez de administração? (LUSTOSA, 1952).

Diante de tantos questionamentos, o prefeito solicitava ao governo do Estado, em caráter de urgência, gêneros de primeira necessidade para remediar a situação do povo. Contudo, diz o pedido oficial, não pedia auxílio “como esmoleres inertes”. Os alimentos não seriam dados pelo Estado como esmolos são dadas a um mendigo de mãos estendidas. Os alimentos, dizia ele, seriam comprados e pagos com o trabalho que seria providenciado pelo governo, trabalho esse que deveria ser condizente com as condições da cidade e em

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

nome do seu progresso. O trabalho dos flagelados se tornava elemento chave como contrapartida na negociação por auxílios públicos:

Carecemos de alívio aos nossos sofrimentos. Não queremos latas de conservas: leite condensado, Tóde, ou maisena e etc... Somos rústicos e habituamo-nos ao consumo de carne, feijão, milho, farinha e é exclusivamente o nosso pedido de alimento que dirigimos a quem mui dignamente dirige o Piauí “Exmo. Sr. Pedro de Almendra Freitas”. Não queremos receber o pão como esmoleres inertes, recebendo racionadamente o nosso quinhão dai-nos trabalho e vendei-nos aquilo de que carecemos ao alcance dos nossos esforços no trabalho e pelo progresso desta comuna. É este o apelo e sugestão que apresentamos ao então governador do Piauí pelo povo de Parnaguá (LUSTOSA, 1952).

O objetivo perseguido pelas autoridades municipais em busca de ajuda consistia em evitar as migrações e o despovoamento de pequenas cidades assoladas pela seca. A concessão de gêneros de primeira necessidade e de trabalho contribuía para a fixação do homem ao seu lugar de origem. Nesse período (anos 1950), quando se verifica um crescimento rápido das capitais brasileiras, tanto em termos demográficos quanto econômicos, a equação que associa despovoamento à estagnação, empobrecimento e atraso é implicitamente impressa na fala do prefeito. O êxodo dos habitantes de cidades como Parnaguá, no interior do Piauí, vivenciado repetidas vezes em secas passadas, era um entrave para o seu desenvolvimento. Eis a fatalidade que os tempos de seca traziam para as pequenas cidades interioranas.

O jornal *O Dia* colocou-se como um dos principais críticos do tratamento dado pelo poder público à seca, denunciando com constância aquilo que considerou como a grave situação que se configurava no Nordeste: o êxodo dos sertanejos. Para o jornal, o Nordeste vivia “a sua hora cruciante” e “o seu drama mais pungente”, pois se estabelecia o “antagonismo doloroso e gritante em que se extremam a natureza e o homem” (O DRAMA..., 1952). Diante da seca inclemente, censurava o fato de o nordestino permanecer abandonado à própria sorte, desprezado na sua terra à mercê de um clima semelhante ao das regiões mais áridas do continente africano, enfrentando sozinho “as intempéries das estações, as canículas prolongadas, as febres palustres, o desprezo de seus compatriotas, a miséria e a hostilidade da terra madrasta, quando as chuvas inesperadas não abreviam os seus sofrimentos” (O DRAMA..., 1952). Por isso, explicava que quando não chove na terra calcinada, após anos de “esperanças infrutíferas”, o nordestino procura novo lar. Desse



modo, como considerava o jornal, os nordestinos se lançavam muitas vezes “como animais” nas estradas e, assim, ocorriam cenas estarrecedoras, pois os homens válidos abandonavam a terra “em tumultuosas migrações” fugindo da fome e da pobreza extrema.

A frequência das notícias sobre a seca impressiona. Os principais jornais da cidade tinham publicações semanais e em pelo menos duas edições mensais o problema era tratado com destaque, muitas vezes em matéria de capa, outras tantas tomando extensa parcela no interior dos periódicos. De fevereiro a junho e nos meses de setembro a novembro, o problema da seca estava presente em praticamente todas as edições, ainda que apenas uma nota para informar que nas cidades interioranas não havia caído uma gota d’água ou que as chuvas não foram profícuas, como a matéria de 25 de fevereiro de 1953 do *Jornal do Comércio*, que lamentava o fato de as chuvas não terem trazido “proveito à lavoura” (CHUVAS..., 1953).

Além dos anúncios das misérias e das migrações provocadas pela seca em outros Estados – anúncios estes que sempre a colocavam como um problema nacional dos mais urgentes –, os jornais apresentavam a seus leitores com mais ênfase os relatos de fome. Vindos de muito longe, tais relatos deixavam ainda mais presente no cotidiano de Teresina a pobreza emanada do interior do Estado. É preciso destacar que a frequência e a força com as quais os relatos eram veiculados na imprensa adquirem o efeito de encurtar as distâncias entre a capital piauiense e toda sorte de misérias relatadas.

As ações do Estado para responder à crise instaurada pela seca eram objetos de apreciação constante. Um dos aspectos centrais a esse respeito era a expectativa em relação às ações do presidente da República sobre o tema. À princípio, embora aguardadas ansiosamente, eram sempre consideradas insuficientes. Em março de 1952, após Getúlio Vargas ter anunciado auxílio do Governo Federal, em resposta “aos clamores partidos da Bahia”, determinando que a Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), criada em 1951, procedesse “imediatamente a distribuição de gêneros de primeira necessidade, gratuitamente, ao povo das regiões nordestinas assoladas pela inclemência das secas” (GÊNEROS..., 1952), continuava o sofrimento dos sertanejos, a morrer de fome, pela insuficiência da ação.

Publicar notícias sobre a fome que se espalhava pelo Nordeste à revelia das ações do presidente Vargas, pontuar a fala do prefeito de um município assolado pela seca afirmando

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

a convulsão social na qual vivia e reclamar auxílio, estes eram os principais elementos que compunham as crônicas da miséria da seca e contribuíam para a construção de referências no imaginário dos leitores dos jornais, dando subsídio às interpretações sobre a realidade. Os periódicos produziam imagens em muitos sentidos tenebrosas. Exatamente um ano depois (1953), outro ano de escassez de chuvas, a grave situação de São Raimundo Nonato, também localizado no extremo sul do Estado, mais uma vez é exposta em suas cenas trágicas pelo prefeito Francisco Antônio da Silva. Em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio*, o prefeito avaliava a condição penúria da região no ano anterior e pontuava a repetição da miséria, uma vez que, há poucos dias, a situação chegara a tal ponto que “os famintos invadiram a Cooperativa de Gêneros em uma noite para saciar a fome” (SILVA, 1953). Na sua convicção, isso havia acontecido porque a situação de fome e subnutrição era de tal modo alarmante que diversas vezes mandou levantar homens, mulheres e crianças, que desmaiavam de fraqueza nas ruas da cidade.

Continuando sua narrativa, relatava que seus esforços para atender a população faminta concentravam-se em racionar 12 sacas de farinha para cerca de 600 pessoas por dia, “cabendo a cada pessoa uma ‘caneca’”, o que, de fato, não era nem de longe suficiente para resolver o problema, numa cidade em que diariamente morria gente à míngua. Seu relato assinalava com fortes tintas uma espécie de narrativa da fatalidade, pois a situação chegara ao extremo: “em uma só família quatro crianças morreram em um só dia, e uma outra que ficou deve ter morrido” (SILVA, 1953). A gravidade do momento é ainda ressaltada em outros detalhes: “Os homens, outrora fortes, ante tanta miséria, estão esqueléticos, a semelhança dos combatentes de ‘Canudos’, mencionados por Euclides da Cunha. O quadro é de horror” (SILVA, 1953). Destacava-se, portanto, que a tragédia da fome arrasava famílias inteiras e definhava o homem nordestino, considerado na interpretação geral como protótipo da resistência humana, portador da coragem e do heroísmo do sertanejo, sempre disposto ao trabalho árduo e pesado, enfim, como reforçavam os discursos da época, cheio da “força suprema de patriotismo” (O DRAMA..., 1952).

Dias depois do entristecedor relato vindo de São Raimundo Nonato, o padre Solon Pinto, vigário da cidade de São João do Piauí, no sudoeste do Estado, vindo à capital a fim de obter socorro aos flagelados de sua paróquia a fim de evitar as migrações, anunciava a

todos os teresinenses que o viajante, rumo aos sertões do Piauí, “verá contristado desenrolar-se ante seus olhos o mais pungente quadro de desolação: é a fome, a nudez, a doença, a miséria, toda sequela, enfim, de males que a seca traz consigo” (PINTO, 1953). O vigário fazia ainda um relato pessoal do que vinha presenciando naquela região, relato esse que visava ressaltar o estado de crise e testar a sensibilidade dos leitores da capital, a quem o religioso expunha o problema ao tempo em que solicitava ajuda:

Eu vi, senhor jornalista, criaturas dando ataque de fome e, agora mesmo, acabo de receber telegrama do Senhor Prefeito de S. João do Piauí notificando-me de que morreu uma criança de fome, abandonada pelo pai desesperado, que deixara o lar em procura de com que saciar a fome da mulher e dos filhos. Na verdade, que se pode esperar num lugar onde a estiagem se prolongou por mais de 50 dias? Toda, literalmente toda a lavoura perdeu-se. Alguns lugares existem que nem sequer possuem água para os poucos habitantes. Em Simplício Mendes, por exemplo, disse-me um dos próceres que a população local está na iminência de abandonar a Cidade dentro de poucos meses, caso não chova para abastecimento da mesma população. Este é um fato por demais sintomático, capaz de tirar toda dúvida a respeito de tão aflitiva situação (PINTO, 1953).

Capitalizar o relato pela constatação empírica (*Eu vi, senhor jornalista...*) e dar a ele publicidade possibilitava que o outro (o leitor) acionasse sua imaginação e, portanto, produzia sentimentos entre o público, sobretudo considerando que o narrado partia do lugar de credibilidade de um porta-voz da Igreja Católica. Cenas como as apresentadas acima, em que famílias inteiras eram forçadas a deixar o seu torrão sagrado, o lar e a roça, onde centenas de pessoas, em sua maioria lavradores pobres, vivenciavam o medo constante da morte pela fome, simbolizado na fala do padre Solon Pinto acerca da morte prematura de uma criança cujo pai não teve condições de “saciar a fome”, traziam à tona as evidências das dificuldades de uma vida difícil em tempos de seca e foram muitas vezes ditas e repetidas de modo a inviabilizar qualquer argumento que viesse a contestar a gravidade do problema.

A fome, como é possível perceber, ocupava lugar de destaque nas narrativas. O tema ganhou projeção mais intensa a partir dos anos 1930, com as pesquisas de Josué de Castro. Na sua leitura, havia no Brasil o predomínio da fome epidêmica e da fome agravada pelos períodos de seca, cuja memória inquietava os nordestinos gerando pânico, como narrado acima, e o vai-e-vem dos flagelados em busca de melhores condições de vida nas cidades. Na sua avaliação, constatou que a alimentação nessa região do país era bem

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

equilibrada, tendo em vista que baseada no consumo de milho, leite, carne, feijão, farinha, batata-doce, inhame, rapadura e café. Apesar da falta e irregularidade no consumo de frutas, era “um bom exemplo de como pode um grupo humano retirar de um meio pobre, recursos adequados às necessidades básicas de sua vida” (CASTRO, 1967: 174). Entretanto, o principal motivo da fome no sertão nordestino, localizado por ele, estava na seca. Segundo seu argumento,

Se o sertão do Nordeste não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano. Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas morrendo à míngua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, para outras zonas, fugindo aterrorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada (CASTRO, 1967: 156-157).

A seca, portanto, era vista e publicizada como responsável pela desarticulação de todo o modo de vida nordestino, sobretudo a desorganização da economia de subsistência do sertanejo pobre do interior dos Estados da região, fator primordial para a ocorrência de surtos de fome e, conseqüentemente, elemento explicativo dos movimentos migratórios, onde inúmeros indivíduos famintos e extenuados buscavam nas principais cidades e capitais nordestinas, ou em outras regiões do país, melhores condições de vida. Ao inquirir a fome no Nordeste em tempos de seca, Josué de Castro documentava as dificuldades dos pobres e dava dimensão internacional ao problema vivido no sertão brasileiro.

Em certo sentido, as narrativas sobre seca que circulavam na imprensa regional contribuíram para a construção, visibilidade e fixação da imagem do Nordeste e de seus habitantes para além de suas fronteiras, como as repercutidas por Josué de Castro. Conforme analisa o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “a fixação do que seria uma paisagem nordestina foi decisiva para que esta ganhasse foros de realidade, para que esta se tornasse uma região não apenas conceitual ou política, mas que fosse materialidade capaz de ser lembrada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008: 206). Assim, o Nordeste passou a ser significado pela pobreza. Carregado por elementos fixados à memória, o discurso esvazia a dimensão histórica da região e das secas quando concorre para a cristalização da paisagem através da reiteração dos signos eleitos pelas leituras dos

intelectuais (como a fome, a desnutrição e as migrações), o que revela a produção de estereótipos de uma paisagem vista como imutável. A partir desse pressuposto, Albuquerque Júnior ressalta o discurso regionalista que norteia toda a obra *Geografia da Fome* de Josué de Castro que, embora discutisse o problema da fome em termos nacionais, “está preso à imagem do Nordeste como a região que melhor sintetiza a pobreza, o nosso subdesenvolvimento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008: 472). Fora das fronteiras do Nordeste, estes signos, no transcurso do tempo, foram se impondo como definidores da imagem da região, estigmatizando-a e apagando a existência de riquezas que existem para além da pobreza aos olhos dos que veem de fora.

Entretanto, como observamos até aqui, esse pressuposto que alça o Nordeste à condição de paisagem pobre é largamente empregado na imprensa da região no período em estudo e em muitos outros. Ao cristalizar imagens da pobreza advinda da seca em um período marcado pela reflexão sobre os destinos do Piauí revelados pela efervescência do Centenário de Teresina, de modo contundente contribuía para marcar a ideia de que uma crise se instalara e se fortalecia como argumento para a busca de recursos públicos. A imutabilidade das misérias nos períodos de seca lançava para o futuro a incerteza e o questionamento sobre a possibilidade de as cenas se repetirem.

O *Jornal do Comércio* prosseguia afirmando, em fevereiro de 1953, que o Nordeste era um lugar de sofrimentos porque o nordestino necessitava do amparo diante de um fenômeno que, para além de meramente climático, tornava-se um problema de grandes proporções e de dimensão social. Mais uma vez o discurso pontuando a um só tempo o dever e o desleixo do Estado em suprir as necessidades dos acometidos pelas intempéries, o que se caracterizava como uma crítica que visava reforçar a obrigação do Estado em prover os recursos financeiros imprescindíveis para debelar a crise. A ênfase sempre reiterada no dever do Estado em prover os pobres da seca, apesar de transparecer certo comodismo e postura passiva diante do problema, cuja solução deveria ser buscada na cena pública, no âmbito da ação de governamental, demonstra em certo sentido o resultado de um processo vitorioso no qual se desvinculou o socorro aos sertanejos do domínio das relações privadas entre estes e os proprietários rurais aos quais eram agregados, para a esfera pública, como destacamos linhas acima, desde o final do século XIX, na origem das secas (NEVES, 2000: 42-47).

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

É necessário ressaltar que, para além dos proselitismos políticos e suas artimanhas, devemos ter em mente que a crítica à inoperância do Estado não deve ocultar um importante aspecto das notícias sobre a seca. Os anúncios e testemunhos de abandono, pobreza e fome nasciam da experiência social: pessoas eram desterradas, seres humanos morriam de fome. Ainda que enredados em discursos que pesavam nos adjetivos, suscitando preocupações e cumprindo de certo modo o papel de chamar a atenção dos leitores dos jornais, formavam opinião entre os letrados e fazia com que o olhar se voltasse para a realidade do interior do Estado. Assim, pela relação de alteridade, ler os jornais permitia também uma reflexão sobre a situação na qual Teresina se encontrava e seus aspectos produziam sentimentos contraditórios entre os leitores, fruto do aguçamento dos sentidos em busca de interpretar os signos apresentados e realizar articulações coerentes com a imaginação social, por exemplo, levando a considerar que os elementos disponíveis condiziam ou não com um estado de calamidade da ordem social. Afinal, os teresinenses sentiam a seca não apenas pela falta de chuvas que agravava seu clima ardente.

O medo da fome e das misérias advindas da seca emerge em Teresina e pode ser percebido no incômodo vivenciado no cotidiano da cidade, que foi traduzido nas observações e nas reflexões sobre o que se via e se lia. Como capital do Estado, a cidade tinha sua vida agitada pelos destoantes clamores por ajuda vindos de cidades devastadas e também pela presença crescente de retirantes diariamente em suas ruas, indivíduos que chegavam dia após dia em tempos de seca e sobre os quais recaía ora o olhar caridoso, pois vinham com a intenção de receber socorro do governo e a caridade de quem se compadecesse, permanecendo na cidade ou se dirigindo ao vizinho Estado do Maranhão e posteriormente ao Norte amazônico; ora o olhar que os lia como indivíduos desconhecidos e, por consequência, potencialmente perigosos.

Os jornais da cidade anunciavam com frequência essa chegada de mais e mais retirantes vindos do interior do Piauí e de outros Estados do Nordeste, sobretudo do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco. O número de flagelados que chegavam diariamente à Teresina e “desfilavam pelas ruas, implorando a caridade pública”, eram, na linguagem utilizada nos periódicos, “prova insofismável” de que o sertão continuava a ser palco de sofrimentos. Se os governos estivessem tratando o assunto com seriedade, afirmava a imprensa local, “o êxodo não estaria se verificando de forma tão alarmante” na capital, onde desde a “Estação

da Estrada de Ferro S. Luís-Teresina e nas suas imediações, o número de famílias acampadas, à espera de uma passagem a fim de viajar para o Maranhão é de causar espanto” (DIARIAMENTE..., 1953).

O uso da linha férrea era um modo de abreviar as distâncias quando os retirantes acreditavam que o melhor para si era buscar auxílio em outras cidades, motivo pelo qual Teresina era um destino atrativo para os migrantes. Ir para São Luís a partir da Estrada de Ferro que ligava as duas capitais tinha três razões: em primeiro lugar, parte dos retirantes acreditava que lá poderiam obter auxílios e trabalho com mais facilidade, muitos deles já conheciam a cidade e estavam apenas fazendo o caminho de volta; em segundo lugar, corriam entre os retirantes a expectativa de que o vizinho Estado não sofria tão intensamente os efeitos da seca por se tratar de uma região com características climáticas mais amenas; e, em terceiro lugar, São Luís, para outros tantos, era apenas mais um ponto na escala da migração, pois os destinos principais eram os Estados do Pará e do Amazonas, onde o clima era diferente (não havia seca de modo algum, por ser região com densa floresta e abundância de rios) e acreditavam que poderiam obter trabalho na agricultura, pecuária, extrativismo ou no garimpo. Desse modo, Teresina se tornava destino preferencial de massas de retirantes não apenas por sua condição de capital, mas também por integrar uma malha que permitiria o deslocamento mais rápido e ameno de retirantes para outros lugares.

### **Os retirantes e a cidade**

No movimento que descrevemos até aqui, percorremos as narrativas da imprensa sobre a seca e seu corolário no interior do Estado do Piauí do ponto de vista de rumores e notícias que vinham de longe. A imprensa, por meio de sua ação, contribuía, naquele momento, para produzir relatos e críticas de toda sorte de coisas que ocorriam com os sertanejos. Na medida em que publicavam crônicas a respeito dos fatos, encurtavam as distâncias entre leitores e sujeitos atingidos pela seca não só no território piauiense, mas no Nordeste como um todo. Ao tempo em que cumpriam esse papel, contribuía para o acionamento da memória em relação a momentos semelhantes vividos no passado. Nesse sentido, refletiremos aqui sobre o que Carlo Ginzburg (2001) considerou como as

implicações da distância, cronológica e geográfica, de modo a compreender os aspectos presentes nas interpretações sobre os pobres da seca e sua presença no espaço urbano. Como destacou Ginzburg (2001: 202-203), “a distância excessiva provoca indiferença; a proximidade excessiva pode desencadear a compaixão ou uma rivalidade aniquiladora”.

Meses antes da festividade do Centenário de Teresina, a experiência histórica da seca foi evocada pelo padre Joaquim Chaves. Ele atendia aos incentivos públicos para a produção de narrativas históricas que viessem a suprir a ausência do conhecimento acerca da história da cidade, tão necessária no momento de sua efeméride, a partir do qual se pretendia construir laços de identidade e base para o uso do passado como norteador dos desejos e expectativas para o futuro. Ao exercitar o olhar em perspectiva, enfrentou questões próprias de seu tempo.

Em junho de 1952, Joaquim Chaves publicou parte do resultado de suas pesquisas sobre a história de Teresina e do Piauí no *Jornal do Comércio* sob o título “A Sêca de 1877” (CHAVES, 1952). Joaquim Chaves desenvolveu narrativa acerca das misérias ocorridas naquele ano com a “grande seca” no sertão nordestino, seca esta que chegou a capital piauiense, segundo ele, não através da carência de reservas de alimentos ou pela falta de chuvas, mas pela presença de milhares de retirantes no meio urbano. Contava o padre Chaves que, bem antes do dia de São José daquele “ano fatídico”, os cearenses já cansados deixavam suas terras e, aos milhares, cobriam as estradas em direção ao Piauí. Mesmo numa situação razoável quanto aos estoques de alimentos, como assinalava, no Piauí “a coisa foi piorando, a caudal de retirantes sempre crescendo, as grandes fazendas de gado desaparecendo, as reservas d’água diminuindo, até que se chegou à conclusão de que estávamos a braços com uma autêntica calamidade pública”.

Em seguida, continuava mostrando que uma medida importante adotada pelo Governo provincial foi a criação de núcleos de emigrantes, local onde os retirantes seriam abrigados, protegidos e aproveitados para o trabalho, lugar onde se deveria receber o flagelado que por lá passasse, não permitindo que ele seguisse viagem. Nos núcleos, “o retirante que estivesse em condições de trabalhar seria aproveitado nalgum serviço, percebendo uma diária fixa” (CHAVES, 1952). Entretanto, os que estivessem doentes receberiam assistência, remédios, alimentos e roupas. Alguns desses núcleos funcionavam em Teresina, pois no município havia algo em torno de 17 mil flagelados.



Com os bons invernos que se fizeram no Piauí nos anos de 1878 e 79, segundo Joaquim Chaves, as condições de vida melhoraram bastante e os retirantes que não encontraram emprego no Piauí voltaram “aos milhares” para suas terras de origem. No entanto, ainda sim a seca deixou as marcas da pobreza em Teresina, pois “ficaram os doentes”. Todos que ficaram nesta condição, sob a proteção assistencial do Imperador, que enviou vultosa quantidade de recursos ao Piauí, foram transportados e abrigados na enfermaria situada no povoado Santo Antônio dos Morros, localizado a uma distância de duas léguas da capital, aos cuidados de dois médicos e com uma dieta balanceada de acordo com suas orientações.

Passados três anos da chegada daquele grande número de flagelados e após bons invernos, no ano de 1880 os últimos vestígios do “aparato assistencial” foram extintos sob a justificativa de que não era concebível continuar a sustentar os flagelados da seca àquela altura. No ano anterior, em agosto de 1879, o conselheiro Paranaguá, então presidente da província, queixava-se da impossibilidade de dar prosseguimento a assistência aos pobres da seca, uma vez que era “tempo de acabar com essa chaga que ameaça estabelecer o pauperismo no Império”. Para ele, os indivíduos que tinham a sua disposição o que comer, não tinham a vontade de buscar o próprio sustento através do trabalho.

Transformada em história num momento muito particular, momento no qual se vivia o medo da fome e o espaço urbano da capital, a exemplo de outrora, estava tomado por migrantes sertanejos andrajosos, a memória da seca de 1877 evocada por Joaquim Chaves pode ser compreendida se considerarmos o tempo dos acontecimentos narrados (1877-80) e o tempo da sua produção escrita (1952), ou seja, as lições dadas pela experiência oriunda da grande seca de 1877 e a experiência contemporânea da seca no Centenário da cidade. Nesse sentido, a produção historiográfica nos permite observar a construção de um espaço de experiência sobre o qual se pretendia entender o presente. Encurtou a distância entre fatos afastados cronologicamente pelas suas semelhanças e, portanto, permite entrever certa intenção de mostrar a anterioridade e a continuidade de um problema que, para ele, atravessava a história da cidade.

No momento em que Joaquim Chaves desenvolveu suas pesquisas históricas, os retirantes expunham suas misérias, aglomerando-se em frente ao palácio de governo e principalmente nas imediações da Estação como modo de pressionar pelo auxílio e

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

aguardar pela distribuição de bilhetes para embarque rumo ao Norte, pois informados pela experiência de busca de auxílios e desenvolvimento de meios de pressão política. Sua presença na cidade motivou a crítica na imprensa e sobre estes personagens o jornal *O Dia* dedicou uma série de textos (intitulados, *Flagelo*) nas suas edições semanais entre os dias 21 de junho e 26 de julho de 1953, com significativo conjunto de discursos que nos permite lançar luz sobre o impacto da visibilidade que os migrantes provocavam entre os intelectuais e os sentidos operados para dizer o pobre da seca e a si mesmo, traçando um panorama do cotidiano da miséria, a um só tempo, do outro e compartilhada com o outro.

As crônicas da série não eram assinadas, por isso, assim como a maioria dos textos tratados aqui, estavam sob a responsabilidade do diretor do jornal (no caso do *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro). Todos os textos que compõem a série foram publicados no ano de 1953, quando há pelo menos dois anos o Piauí convivia mais intensamente com a seca e suas misérias. E este dado não é de se desprezar. Num primeiro olhar, os anos de seca também eram anos em que se verificava um acúmulo de tensões devido à migração, exposição de corpos esqueléticos, clamores por auxílios e a ameaça de ações de massa.

O primeiro texto da série, publicado em 21 de junho de 1953, falava sobre a fama de Teresina como uma cidade conhecida pela “maneira fidalga e cativante com que recebe nacionais e estrangeiros” (FLAGELO I, 1953). Com simplicidade, os bailes, banquetes, passeios e presentes eram características das recepções aos visitantes, como pode ser constatado amplamente na ocasião do Centenário da cidade cerca de um ano antes, quando foram recebidos com pompa os representantes do parlamento nacional e do próprio Getúlio Vargas, homenageado como padrinho da efeméride. Por mais pobre que fosse, afirmava o jornal, essa era uma impressão que melhor se poderia cultivar da cidade, pois desse “acolhimento hospitaleiro, franco, carinhoso, [os visitantes] levam a maior saudade”.

A louvação à cidade como cordial e acolhedora funciona como fundação para a crítica que vinha a seguir: havia uma exceção à regra, pois o bom tratamento não era extensivo a qualquer visitante. Somente os “cidadãos que ocupam posição de destaque na vida política, que possuem muita riqueza, que desempenhem missão do Governo” gozavam de tratamento tão gentil e acolhedor. Enquanto isso, os que realmente necessitavam de um tratamento hospitaleiro, os flagelados da seca que se espalhavam pelas ruas da cidade suplicando ajuda após fugir em migrações tumultuosas estavam abandonados e recebiam

um tratamento diferente, pois “aqueles mesmos poderes públicos negam-lhes a menor cordialidade de uma recepção, o menor carinho de uma visita” (FLAGELO I, 1953).

O acento dado ao abandono dos flagelados que se encontravam na cidade é ressaltado. Eles não mais estão distantes cronológica e geograficamente. Não estão no passado. Não estão em terras longínquas. Para o cronista, o tratamento desigual que os poderes públicos dispensavam aos pobres da seca que, naquela ocasião, somavam-se aos pobres urbanos, estava em desalinho com a fama atribuída à cidade ao tratar muito bem seus visitantes e, portanto, era uma atitude moralmente reprovável. Eis a primeira crítica. Continuando sua reflexão, vinha expressa a contundente crítica: “cordialidade desigual” do governo e também dos habitantes da cidade, aqui principalmente os ricos, pois não era atitude própria de homens públicos e católicos o tratamento dispensado aos retirantes. Ressaltamos aqui o caráter contundente da crítica pelo que ela questiona: o caráter cristão dos homens públicos. Considerando que a esmagadora maioria da população declarava-se católica, o que naquela época significava igrejas cheias e a presença de políticos de todas as siglas partidárias era indiscutível. Apontar a falha na caridade tornava-se um modo incisivo de demarcar o desprestígio do homem público diante dos leitores.

Desse modo, é notória a força que naquela época a esfera religiosa ainda possuía na dimensão pública, a ponto de servir para marcar o descompasso no trato com os flagelados, pois ligada a uma moralidade diante do outro. A crítica recaía sobre indivíduos que ostentavam na sociedade a imagem de democratas e cristãos apenas no discurso, pois suas práticas eram muito diferentes. Os elementos colocados em ação na crônica pontuam a leitura que informa o desalinho entre os discursos e as práticas, evidenciando a desigualdade e o interesse por trás da hospitalidade aos que possuíam posição econômica e política de relevo, enquanto arrematava: “os flagelados passam, tristonhos, cansados, sem que possam levar uma risonha saudade de Teresina. Que triste impressão vem dando os nossos poderes públicos!!!...” (FLAGELO I, 1953).

Na edição seguinte, mais um texto sobre a presença e movimentação dos flagelados no cotidiano da cidade. Agora, a crônica tomava como tema de debate os motivos de sua prolongada estada em Teresina. Explicava-se aos leitores que, com a falta de transporte regular para o Maranhão, Pará e Amazonas, Teresina havia se tornado “ponto de concentração” dos flagelados que “rumam” para aqueles Estados. Em razão da demora do

trem de cargas, os nordestinos eram obrigados a passar dias e até semanas a esperar pelo embarque (FLAGELO II, 1953). O tom da explicação pode ser expresso pelo ritmo que toma: o de um lamento. Era lamentável, de um lado, a espera do retirante já extenuado e, de outro, a própria permanência na cidade, o que significava um estado permanente de proximidade, o que possibilita que sentimentos e sensações em relação ao outro produzido pelo que se torna visível, perdurem.

O contraste entre esses pobres e “os ricos” é retomado. Alguns dos flagelados hospedavam-se em barracões de palhas e tábuas construídos provisoriamente pela prefeitura. A maioria, entretanto, ficava ao relento, “apanhando chuva e sol, dormindo sobre as calçadas de cimento, sobre o barro vermelho das ruas, embrulhados pela poeira, para que não sejam vistos” (FLAGELO II, 1953). Aqui, o encobrimento da visibilidade do flagelado se apresenta em duas possíveis dimensões exploradas pela crônica: aquele encobrimento de intenção do próprio flagelado que, humilhado, procura resguardar um tantinho que seja de sua dignidade buscando a invisibilidade (lembremo-nos das leituras dos nordestinos como fortes, trabalhadores e íntegros), aproveitando-se do ritmo de vida da cidade para reduzir os olhares sobre si; e aquele encobrimento fruto do desdém imposto pela própria agitação da vida na capital, com um vai-e-vem de veículos, suficiente para produzir uma espessa poeira sobre os retirantes, tornando-os invisíveis socialmente. A segunda interpretação guarda maior coerência com o desenrolar a crônica. A condição degradante da espera é logo destacada no texto, pois eles eram apenas “acalentados pelos gritos das carangueijolas [como eram chamados os velhos ônibus de transporte coletivo] e pelo buzinar dos caminhões, para que não sejam ouvidos os seus gemidos de dor” (FLAGELO II, 1953).

Nos “barracões”, viviam homens e mulheres, velhos e crianças, rapazes e senhoritas, todos, sem distinção, acomodados no mesmo espaço. Não havia privacidade, as famílias viviam “expostas à curiosidade popular” e sem o menor repouso após a exaustiva viagem. O texto assinala ainda que, vivendo nestas condições, a humildade própria do nordestino – com costumes reservados, respeitoso e cheio de resignação – o impedia de se revoltar contra sua condição miserável a protagonizar um triste espetáculo nas ruas da cidade. Embora a confiança no caráter ordeiro e humilde dos retirantes não fosse partilhada integralmente pela opinião pública, preocupada com o iminente risco moral desencadeado

pelo alastramento da pobreza, percebemos que essa avaliação marca uma diferença de juízo entre os contingentes movidos pela seca e os pobres já presentes no meio urbano, como os mendigos, tendo em vista que sobre estes pairava sempre a dúvida acerca da real necessidade do seu ato.

Em contraste com a condição na qual viviam os flagelados, “os ricos” estavam bem longe dessa inquietude e sofrimento. O sono dos ricos não era perturbado pelos gemidos abafados dos pobres. Segundo a argumentação realizada na crônica, eles dormiam tranquilamente em residências que pareciam mais com “palácios, bangalôs e casarões vetustos”, dormiam em camas confortáveis e macias. É notório o contraste que pretendia ressaltar para sustentar a crítica que vem em seguida: se os lares dos ricos não estavam de portas abertas para “abrigar um irmão brasileiro nordestino”, aqueles que sofriam no relento ou aos magotes em barracões, isso se devia ao fato de ser o rico “um grandioso miserável”, pontuando-se, portanto, a inversão do estado de miséria, quando articulada a equação: rico, porém moralmente pobre, pois não agia para remediar seu semelhante.

Dias depois, na edição do jornal de 05 de julho de 1953, a série Flagelo retoma o tema do número anterior, agora com a clara intenção de fazer a crítica aos leitores de um modo geral. Referindo-se aos pais e chefes de família, sonda o espírito humanitário, a caridade e as ações privadas dos cidadãos ao questionar se já haviam visitado ou pronunciado algumas palavras de conforto aos pobres da seca. A ação de ir ao encontro do pobre exigia a superação do olhar de desconfiança em relação ao outro desconhecido, embora fosse corrente a ideia que distinguia a boa índole do sertanejo.

O jornal reafirmava uma ideia já anunciada com palavras ainda mais fortes, pois provocava a compaixão ao afirmar que “aquele que não possuía, no próprio lar, um lugarzinho para acolher, durante alguns dias, uma criança flagelada, não possuía consciência para cultivar um sonho”. Há, portanto, um deslocamento da análise sobre o olhar a respeito do problema dos retirantes, quando defende a ideia de se mobilizar atitudes privadas (compaixão, piedade, caridade...) como modo de minimizar uma questão social mais ampla.

As críticas continuavam em uma dimensão mais ampla. Na edição seguinte, a discussão passou a se concentrar não nos flagelados, mas sobre o motivo, para além da seca, de migrarem em busca de ajuda. Argumentava o jornal que a maioria dos flagelados

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

não possuía “um palmo de terra própria”. Os camponeses trabalhavam em terra alheia e mediante pagamento descontado sobre o que produziam (FLAGELO IV, 1953). Assim, um fio puxa o outro para chegar ao cerne da questão: se no Piauí os representantes do povo, os senadores, deputados federais e estaduais, estudassem atentamente o assunto, concluiriam inevitavelmente que a “questão agrária”, ou seja, a concentração de terra nas mãos de poucos, assim como a existência de vasta extensão de terras devolutas no Estado, eram alguns dos motivos pelos quais “o caboclo piauiense” não possuía sua própria terra, vivia escravizado na terra alheia e se achavam empobrecidos. A terra, afirmava, deveria estar nas mãos daqueles que eram os verdadeiros e humildes lavradores.

Essa não foi a única leitura, dentre o conjunto de jornais pesquisados, que apontou “a questão agrária” como cerne dos problemas sociais e do empobrecimento da população sertaneja. Francisco Cunha e Silva, um frequente cronista do período, em agosto de 1952, havia discutido sobre a necessidade de fixar o homem no campo, a partir do subsídio estatal que auxiliaria na manutenção de sua existência no meio rural. Ao abordar o assunto, argumentou sobre a importância de se realizar uma reforma agrária e enumerou como um dos problemas de relevo para a fixação do sertanejo nas regiões rurais a concentração de terras nas mãos de poucos e as situações limites de trabalho existentes no meio rural. Analisou que o fluxo migratório obedecia a razões econômicas, pois decorria da busca de melhores condições de vida e assistência do poder público (CUNHA E SILVA, 1952).

Ao Estado, através do Governo Federal e do Congresso Nacional, caberia a realização da reforma agrária. A constatação de que isso era algo relativamente fácil advinha do laço paternalista construído a partir da imagem de Getúlio Vargas como o Pai dos Pobres, que imprimia no plano político um padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade que buscava o equilíbrio entre o autoritarismo político e o liberalismo econômico (NEVES, 2001: 108). O raciocínio desenvolvido por Cunha e Silva fundamentava-se na ideia de que o Governo de Vargas proveria ações necessárias com vistas ao auxílio dos trabalhadores, nesse caso a reforma agrária. Esperava-se, portanto, uma intervenção que não ocorreria, tendo em vista que seu peso proporcionaria um desequilíbrio de difícil sustentação política e social, devido às forças políticas, em grande medida, possuidoras de grandes propriedades rurais.

Entretanto, só após a concretização de uma reforma agrária, na expectativa de Cunha e Silva, seria possível avançar na solução dos problemas decorrentes da concentração de terra nas mãos de poucos, realizando obras de infraestrutura, como a expansão do sistema viário para o escoamento das produções e obras de utilidade pública para garantir água e conforto para as populações nordestinas. Tudo isso tendo como solução prática a utilização de frentes de trabalho constituídas pelos próprios sertanejos. Como podemos observar, muitos problemas seriam resolvidos a um só tempo, mas apenas com a consecução da reforma agrária.

Ao contrário do que se projetava com a hipótese do fim do latifúndio, as condições de trabalho pautadas pelo assalariamento indireto, parcial ou em espécie, incluindo-se o colonato e diversos tipos de parceria e arrendamento permaneciam hegemônicas. Segundo a análise de Tamás Szmrecsanyi, relações de trabalho no campo reguladas através desses princípios envolviam, de um lado, um pagamento por serviços prestados (em dinheiro, em produtos ou em ambos) e, de outro, “garantia a subordinação e mantinham a miséria da maior parte da população que obtém o seu sustento através da produção agropecuária” (SZMRECSANYI, 2007: 214-215).

Importa considerar aqui a mudança de reflexão sobre a questão agrária inerente ao discurso de Cunha e Silva e à crítica expressa na crônica *Flagelo IV*. Em ambos os casos, os problemas inerentes ao campo são revestidos por uma leitura que os compreende como problemas econômicos e sociais. A partir dos anos 1940, o campesinato, como tema de discussão no cenário político, tornou-se uma novidade. Mesmo continuando sendo entendido como o espaço por excelência do atraso, sobretudo em relação ao urbano, o atraso atribuído ao espaço rural deixou de ser entendido pelos seus elementos geográficos, climáticos e de composição racial inferior, para ser analisado como decorrentes de razões econômicas e sociais (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007: 213).

Segundo o argumento da crônica *Flagelo IV*, os representantes do povo não trabalhavam pelos flagelados do Piauí em razão de não advogarem contra si. Segundo denunciava o texto, eles eram também proprietários das melhores terras do Estado, utilizando-se da força do dinheiro e da proteção oficial que gozavam. Desse modo, sendo do conhecimento de todos, eles deveriam temer a possibilidade de suas terras serem invadidas pelos “famintos e desprotegidos” flagelados da seca. E concluía: “Quantas glebas

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

desses proprietários podiam ser povoadas pelos flagelados nordestinos, pelos caboclos piauienses!!!... A questão agrária é importante, senhores Licurgos. Acordem, vejam o futuro”.

Assim, o jornal reiterava o drama vivido pelo nordestino frente à estiagem, drama este narrado a partir do que se observava cotidianamente, através da memória de secas anteriores e através de reflexão social pautada pelo que imaginavam a respeito das relações sociais. A sina do nordestino não era algo novo, nem ocasional. A sina de se lançar nas estradas em busca de um modo de se manter vivo, era também uma das consequências da brutal concentração de terras. A ênfase do texto continuava a ser a polaridade que expunha ora o sofrimento pelo qual passava o sertanejo pobre, ora a sua força de homem rústico e forte diante das dificuldades descomunais. Essas imagens reforçavam, por isso mesmo, a ideia de que ele deveria ser fraternalmente amparado pelos piauienses:

Depois de consumir o último farelo de alimento, de esperar ao menos uma só gota de lágrima da bondade dos santos que reinam nos céus, de vender a nesga terra, o bode, o jumento e as joias que possui, o nordestino abandona sua terra. Sai fazendo preces, para que um dia possa voltar. Deixa a caatinga, a terra rachada, a solidão, em procura da baixada, da terra escura, da música, dos rios, das cachoeiras, dos passarinhos. Pensa, contempla, anda e vence os caminhos como se fosse para um degredo. Não há pedaço de terra que lhe seja mais útil, mais amigo, mais encantador, do que o recanto humilde, castigado pela seca, que lhe viu nascer.

Este é o fim da tragédia e o começo de um drama. Morrem-lhe a esposa e o filho, racham-se os pés doloridos, desgastam-se as energias, desaparecem os sonhos e as alegrias, mas o nordestino não desanima. Parece um soldado imprestável que marcha para o *front*, mas atrás daquela aparência tristonha há uma alma viril, um arrojo inaudito contra a batalha da fome. Não tem certeza de conquista fácil, mas luta heroicamente pela sobrevivência.

É por isto que ele merece carinho, apoio, amparo e admiração do seu verdadeiro irmão piauiense (FLAGELO V, 1953).

Forte e sofredor, essa era uma ambiguidade muitas vezes repetida naqueles anos, características que faziam do retirante um homem digno de admiração e amparo. Desse modo, no último texto da série Flagelo, de 26 de julho de 1953, afirmava-se que não era preciso nem mesmo ter as qualidades de um escritor como “Dante para descrever o infamundo dos flagelados” (FLAGELO VI, 1953). O sofrimento do homem sertanejo em tempos de seca era algo conhecido porque, além de inúmeras vezes imortalizado por



intelectuais como Joaquim Nabuco, era principalmente cotidiano, verificável pela observação. O quadro de dor e angústia dos retirantes estava à vista e à porta de todos e poderia ser comparado com um lugar de expiação, tal como o inferno.

Migrar era algo também arriscado, uma vez que não se sabia, de fato, o que iam encontrar no seu destino. A ideia de que ali iam encontrar o que faltava em sua terra natal – terras férteis, chuva e abundância –, poderia não se confirmar. Essa era, na leitura dos produtores das crônicas, uma expectativa presente no pensamento dos retirantes e, nesse sentido, alertava o leitor que, ao invés de um paraíso, eles poderiam encontrar “a tortura do sétimo inferno de Dante”, algo do que já estavam fugindo.

Em razão disto, o argumento era que os piauienses, ou seja, os administradores do Estado poderiam socorrê-los e fixá-los em terras locais e com vantagens, pois eram trabalhadores acostumados a lavrar a terra. O trabalho seria benfeitor em todos os sentidos: seria benéfico ao flagelado que é antes de tudo um trabalhador; seria um ato de caridade daqueles que lhes forneceriam o trabalho; contribuiriam para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Piauí. A contraposição foi assinalada a partir da ideia que “os homens [públicos] não pensam dessa maneira”. São vaidosos e só pensam em dinheiro. Como já havia dito em edições anteriores, os representantes dos interesses do Estado, antes de tudo, representavam seus interesses como proprietários de terras, as melhores, diga-se de passagem. Para finalizar, uma questão lançada aos leitores: “Conheces a miséria, o sofrimento, as consequências dos flagelos da seca, caro leitor? Olha para Teresina, por onde passa a procissão interminável dos emigrantes” (FLAGELO VI, 1953).

Falas que não são inocentes. Pelo contrário. O tom ora enérgico, ora entristecido através dos quais se argumentava nos pedidos de ajuda aos poderes públicos e na descrição da miséria dos pobres da seca evidenciando a fome que levava a desnutrição, definhamento e morte, assim como as penosas migrações, fazia parte das estratégias dos produtores desses discursos. Criticavam-se os políticos por não se interessarem ou por não envidarem os devidos esforços para pôr fim ao sofrimento dos sertanejos, atentando, por exemplo, para a necessidade de se promover uma reforma agrária irrestrita, uma vez que a seca também era um problema relacionado à exploração do trabalhador rural. Criticavam-se os ricos por estarem cegos pela vaidade e pelo amor ao dinheiro, que os impossibilitava de pensar no

## SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA: NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

sofrimento dos retirantes. Criticava-se a sociedade de um modo geral por não receber os pobres com o mínimo de espírito de caridade.

Esses discursos estavam permeados, inevitavelmente, pelo modo como os contemporâneos pensavam, viviam e registravam esse estado de emergência. A crise era, em grande medida, afirmada e reafirmada através de notícias e discursos como os que foram apresentados, tomando como base a série *Flagelo*, ou a produção do padre Joaquim Chaves, que ao tematizar a seca e as misérias que caracterizavam Teresina em suas primeiras décadas, lançava no mesmo passo um olhar crítico sobre o seu tempo, desfazendo distâncias impostas pelo tempo e espaço; suscitando considerações acerca da moralidade de comportamentos e atitudes.

O interesse dos leitores dos jornais pelos flagelados tinha suas razões: era um fenômeno histórico, adquiria existência concreta nas ruas e nas mentes da população através do que liam desde os primeiros relatos de fome em lugares distantes, até a sua materialidade no meio urbano. A existência e mobilidade dos sertanejos provocavam curiosidade, piedade e medo. Faziam parte da dinâmica social. Já eram esperados de tempos em tempos, acirrando as intenções progressistas e a possibilidade real de colapso das relações sociais vigentes. Mas também representavam a adaptação e a mudança entre os próprios retirantes. Como analisa o historiador Frederico de Castro Neves, a movimentação espacial, as atitudes e as experiências dos retirantes na busca por socorros públicos, em que pesem as palavras que enfatizavam o drama das migrações e seus perigos, eram manifestações políticas da multidão:

[...] a década de 1950 significou, para os retirantes das secas, o estabelecimento e a consolidação de uma tradição nas formas de pressão e negociação com as autoridades urbanas. A multidão, como forma de organização possível no contexto social de onde se originam os vaqueiros e pequenos produtores rurais, afirmava-se como uma alternativa política diante da rápida degradação das condições de vida experimentada nos momentos de seca, em que a escassez toma proporções radicais (NEVES, 2001: 113).

### **Considerações finais**

Nos discursos apresentados, podemos inferir que o estado de emergência era afirmado a partir de narrativas carregadas pela descrição do sofrimento dos flagelados e da

tensão social que dava destaque às muitas expressões da pobreza vivida naqueles anos (a fome, a migração, o medo, a morte). Discursos que sempre ressaltavam o contingente de retirantes afetados pela seca, as condições de sua marcha rumo às cidades, a aglomeração no meio urbano, a necessidade de serem socorridos, a impossibilidade de socorrê-los em razão da burocracia na liberação de recursos, etc. A emergência era reafirmada, por sua vez, como denúncia e no apelo aos poderes públicos para intervirem na situação.

Assim, entendemos que um forte traço a ser evidenciado repousa no viés que a crítica assume: como lugar do medo e dos muitos modos de expressá-lo. É interessante perceber, ainda, tensões entre as atitudes observadas e a moralidade que deveria informar aquelas atitudes, denunciadas e expostas à avaliação dos leitores no âmbito das crônicas publicadas nos periódicos. Acerca disso, ressaltamos reflexão de Carlo Ginzburg sobre as implicações morais da distância, na medida em que enfatiza que “num mundo que sabemos dominado pelas crueldades do atraso e do imperialismo, nossa indiferença moral já se constitui em uma forma de cumplicidade” (2001: 210). Aspectos disso podem ser observados como traço explícito ou implícito nas crônicas e notícias disponíveis na imprensa do período, sobretudo quando articulavam a experiência histórica da pobreza e o cotidiano, no presente, passível de ser observado em sua concretude, de acirramento da crise trazida com a seca e a escassez em amplo espectro.

A escassez de alimentos, por exemplo, inicialmente provocada pela seca, após a desorganização da economia primária da região, no mesmo passo, motivava a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Os aumentos dos preços muitas vezes não se deviam tão somente à redução da oferta daqueles produtos em virtude da baixa produtividade agropastoril em tempos de seca, mas, volta e meia, decorriam da sua retenção nas mercearias e armazéns com a intenção deliberada de comerciantes em auferir lucros excessivos com a calamidade ou justificados por ela. Essa atitude, também considerada imoral e ilegítima, por sua vez, atingia a todos, embora não do mesmo modo.

Não podemos esquecer que, em Teresina, os debates acerca da crise vivida, capitalizados por temas como a pobreza, a seca e a fome, eram colocados em pauta pelos intelectuais no momento em que as comemorações dos cem anos da cidade estavam em plena evidência, de modo que, às expectativas e esperanças aderentes a efeméride, somou-se uma reflexão sobre seus problemas estruturais e, como que à revelia ou consequência

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

inevitável, sobre a vida e as dificuldades das pessoas comuns. Não podemos também deixar de ressaltar que essa intelectualidade teresinense produtora dos periódicos da cidade (e que pela sua heterogeneidade, em muitas passagens, referimo-nos a ela como *cultura letrada*) não poderia deixar de expressar suas opiniões levando em consideração referências do imaginário social, as diversas implicações da pobreza e as obrigações do Estado, fundamentando-se nos princípios do direito e na legislação em defesa do povo em épocas de crise, evocando previsões constitucionais inclusive.

Estes vários discursos expressam, de diversas maneiras, a presença da pobreza no Piauí, e em particular na cidade de Teresina, e através deles é possível entrever o acúmulo de tensões que naqueles anos informou o caráter de emergência dado ao tema: a presença histórica, cotidiana e ameaçadora da fome e do definhamento do homem pobre. O reconhecimento de que o Piauí era um Estado pobre ganhou naqueles anos, dourados apenas para alguns, uma materialidade que incomodava, no constante conflito entre a necessidade de se colocar progressivamente em direção a dias de prosperidade e o medo da ruína social.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: histórias, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome* (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. Matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância. In: \_\_\_\_\_. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). *História do Brasil Nação*. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 4, 2013.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2007.

MAURÍCIO FEITOSA DOS SANTOS

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

\_\_\_\_\_. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, v. 21, nº 40, 2001.

RODRIGUES, Marly. *A década de 1950: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, Maurício Feitosa dos. *Comemoração, pobreza e cultura letrada no Centenário de Teresina (1952)*. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2014.

SZMRECSANYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris (dir.). *História da geral da civilização brasileira*. 4. ed. t. 3, v. 11, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

#### **Fontes citadas**

CHAVES, Joaquim (Pe.). A Sêca de 1877. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VI, 15/06/1952.

CHUVAS que não trazem proveito à lavoura. *Jornal do Comércio*, Teresina, 25/02/1953.

CUNHA E SILVA, Francisco. Fixar o homem ao solo. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952.

DIARIAMENTE chegam flagelados. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 25/02/1953.

FLAGELO I. *O Dia*, Teresina, Ano III, 21/06/1953.

FLAGELO II. *O Dia*, Teresina, Ano III, 28/06/1953.

FLAGELO III. *O Dia*, Teresina, Ano III, 05/07/1953.

FLAGELO IV. *O Dia*, Teresina, Ano III, 12/07/1953.

FLAGELO V. *O Dia*, Teresina, Ano III, 19/07/1953.

FLAGELO VI. *O Dia*, Teresina, Ano III, 26/07/1953.

GÊNEROS gratuitos para o povo nordestino. *O Dia*, Teresina, Ano II, 02/03/1952.

LUSTOSA, Solon. O tempo e a fatalidade... *Jornal do Comércio*, Teresina, 12/01/1952.

SECA, MIGRAÇÕES E POBREZA NO CENTENÁRIO DE TERESINA:  
NARRATIVAS E CRÍTICA SOCIAL SOB O OLHAR DA IMPRENSA

NORDESTE, palco de sofrimento. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 14/02/1953.

NOSSO apelo. *O Dia*, Teresina, Ano III, 01/03/1953.

O DRAMA do nordeste. *O Dia*, Teresina, Ano II, 09/03/1952.

O FENÔMENO dos “retirantes” nordestinos. *O Dia*, Teresina, Ano II, 13/04/1952.

PINTO, Solon (Padre). Entrevista do padre Solon Pinto – vigário de São João do Piauí, aos Jornais de Teresina, sobre a seca no sudoeste do Estado. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 17/03/1953.

SILVA, Francisco Antônio. S. Raimundo Nonato palco da grande tragédia da seca no Piauí: Declarações do Prefeito Municipal sobre o flagelo. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 08/03/1953.

**Recebido em:** 15 de março de 2017

**Aceito em:** 23 de abril de 2017